

Economia vai ter prefixação informal

10 MAR 1992

□ Empresas devem seguir reajuste de tarifa pública pela inflação futura

Helival Rios

Prefixação informal. Esta é a nova diretriz da política econômica do Governo, que será praticada de agora em diante, como parte de uma nova estratégia para acelerar a queda da inflação. A nova política, segundo explicaram ontem assessores do ministro Marcílio Marques Moreira, da Economia, Fazenda e Planejamento (foto), ao **Jornal de Brasília**, ao contrário da prefixação formal, não implica em nenhuma modalidade de congelamento de preços, sendo, ao contrário, plenamente compatível com uma política de mercado e de preços livres.

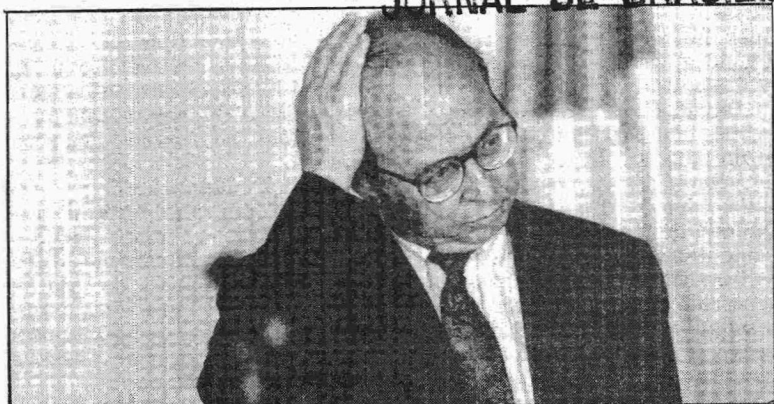
A prefixação informal funciona a partir de uma sinalização emitida pelo Governo, ao reajustar as tarifas e os preços de todos os seus serviços e produtos. Trata-se de uma prefixação, de fato, porque o Governo promove estes reajustes, não mais com base na inflação do mês que passou, mas sim com base nas suas expectativas da inflação futura.

Assim, para o mês de março, o Governo já trabalha com uma taxa de inflação de 21,2%, índice que vai servir para balizar todos os reajustes das tarifas e dos preços do setor público. Para o mês de abril, o Governo pretende trabalhar com uma inflação em torno de 18%, índice que ainda vai ser prefixado pelo ministro Marcílio Marques Moreira.

Dé acordo com esta nova política de prefixação informal, o Governo apenas sinaliza o que considerará um índice factível para a inflação do mês seguinte. E usa como garantia dessa sua expectativa as tarifas e os preços do setor público, pondo em jogo a lucratividade e a capitalização, portanto, das empresas estatais. Esse procedimento em nada interfere com o mercado.

O segundo ponto dessa estratégia é o que diz respeito ao setor privado. Depois de dar o exemplo e de bancar os seus próprios prognósticos, fazendo com que as tarifas e os preços do setor público sigam as suas próprias expectativas de uma inflação cadente, o Governo irá convocando os diversos setores empresariais, de modo a convencê-los a também seguir a prefixação informal.

Essa tarefa será coordenada pela secretária nacional de Eco-



nomia, Dorothea Werneck, a quem cabe mostrar que o setor que não aderir à prefixação informal ou à inflação cadente, somente tem a perder.

Os prognósticos no Ministério da Economia são de uma adesão expressiva dos mais importantes setores da área privada. Os outros, seguirão o exemplo dos setores mais importantes.

Pacto

A solução encontrada pelo Governo para induzir a economia inteira para uma prefixação informal, balizando seus reajustes numa inflação sempre cadente, segundo explicações concedidas ontem ao **Jornal de Brasília** por assessores do ministro Marcílio, leva grande vantagem sobre uma prefixação formal, seja ela feita através de decreto ou mesmo através de um pacto.

Se fosse baixada formalmente por decreto, a prefixação correria o risco de não ser seguida por uma gama enorme de setores, podendo, ainda, cair na armadilha do desabastecimento.

Nesse sentido, ela passaria a funcionar como se fosse um congelamento de preços, o que traria um revés considerável para a política de instauração de um regime de mercado e para a abertura econômica que o Governo quer consolidar.

Traria, ainda, riscos psicológicos adversos, pois passaria para a opinião pública a imagem de que o Governo apelou novamente para um congelamento ou um choque, contrariando todo o discurso oficial contra soluções desse tipo.

Já uma prefixação formal, mas feita na forma de um pacto

social, correria o risco de nunca ser implantada, tamanho é o ceticismo de todos os agentes econômicos sobre as reais possibilidades de realização de um pacto com êxito, em vista dos fracassos das várias tentativas anteriores.

A formalização de um pacto esbarraria, ainda, nas dificuldades do seu cumprimento, pois nenhuma entidade é tão representativa ao ponto de garantir que as milhares de empresas de um determinado setor cumpram o que foi acordado em Brasília, nos gabinetes, pelos representantes classistas.

Todas as essas considerações levaram o Governo a partir para a prefixação informal, sinalizada para os setores que quiserem, espontaneamente, sem nenhuma violência às leis de mercado.

Ao mesmo tempo estarão juntamente com os acordos informais para que o exemplo governamental seja seguido (de adoção da inflação declinante como parâmetro de reajuste), sendo desenfreadas operações firmes contra os oligopólios, de onde poderão surgir as maiores resistências à prefixação informal.

Em entrevista concedida ontem a jornalistas na porta do Ministério da Economia, onde foi avistar-se com o ministro Marcílio para discutir o esquema de investimentos da Petrobrás, o ministro João Santana, da Infra-Estrutura, enfatizou que o esquema de prefixação das tarifas do setor público já é uma realidade, pois já está sendo praticado no seu ministério, que concentra as maiores estatais — dos setores de combustíveis (Petrobrás), energia elétrica (Eletrobrás), correios (ECT), telefonia (Telebrás) etc.